

Congresso inicia amanhã análise de MPs

Os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e senador Mauro Benevides (PMDB-CE), anteciparam para amanhã o início da análise do novo pacote econômico no Congresso Nacional. Está marcada para as 18h30 a leitura das Medidas Provisórias 294, (sobre a extinção de índices), e a 295 (que regula preços e salários) seguida pela designação dos relatores que vão coordenar a negociação política dos textos. A votação das medidas no plenário não ocorrerá antes da terceira semana de fevereiro, segundo cálculos dos parlamentares.

A Constituição determina a convocação extraordinária do Congresso cinco dias após a edição de Medidas Provisórias durante o recesso parlamentar. Por começarem o trabalho 10 dias antes do início da sessão legislativa ordinária — previsto para o dia 15 de fevereiro — os parlamentares terão direito a uma ajuda de custo adicional correspondente a Cr\$ 844 mil. O gasto com a convocação chegará perto de meio bilhão de cruzeiros. "Os aspectos legais são claros e determinam o pagamento da ajuda de custo", disse Ibsen Pinheiro. "Os aspectos políticos serão analisados com os partidos", adiantou. As Mesas da Câmara e do Senado reúnem-se hoje para discutir o assunto.

A designação dos relatores das Medidas Provisórias marcará uma mudança nos hábitos do Congresso. Com a formalização de blocos parlamentares majoritários nas duas Casas com partidos aliados ao governo, o PMDB deverá perder a prerrogativa de conduzir as negociações sobre as duas medidas do novo pacote econômico. A medida que põe fim ao BTN deverá ser relatada pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Limite às MPs

No dia seguinte à posse na presidência da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro defendeu um rápido acordo político para limitar a edição de Medidas Provisórias. "Este é o problema mais sério que o Congresso está enfrentando no seu funcionamento", avaliou Ibsen. As críticas ao "uso abusivo" de Medidas Provisórias foram reiteradas nos discursos de posse dos novos presidentes da Câmara e do Senado.

Ibsen Pinheiro que computou a edição de quase 150 medidas provisórias em menos de 11 meses da administração de Collor, considera indispensável o entendimento com o governo para restringir o uso de MPs, já que o projeto aprovado sem acordo no Congresso poderia ser vetado por Collor.